

AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

AMAZÔNIA BRASILEÑA: CONSIDERAÇÕES Y PERSPECTIVAS EN EL TERRITORIALIDAD Y DESARROLLO NACIONAL

ADNILSON DE ALMEIDA SILVA¹
LUCILEYDE FEITOSA SOUSA²
LUCILÉA FERREIRA LOPES³
WENDELL TELES DE LIMA⁴

RESUMO:

A Amazônia, desde os primórdios de sua ocupação mediante as diferentes variáveis de processos de colonização, tem fascinado e desafiado exploradores, colonizadores, pesquisadores, populações ribeirinhas e indígenas frente a sua imensidade geográfica, diversidade cultural e aos obstáculos naturais. No passado, o desafio consistia no domínio do território amazônico para exploração das drogas do sertão e da busca de riquezas que se encontravam nas florestas. Atualmente, esta busca torna-se mais complexa, incluindo o domínio e a exploração da rede hidrográfica, dos recursos oferecidos pela biodiversidade da floresta e pelas riquezas existentes no subsolo. Do ponto de vista geopolítico, a região amazônica vem passando por profundas transformações, dentre as quais se circunscrevem a discussão acerca de um novo rearranjo ou nova configuração no contexto de sua territorialidade; com isso encontram-se presentes nos vários discursos de políticos e empresários com forte ressonância junto ao conjunto da população regional. Dentre as temáticas de sustentação ao discurso dessa reconfiguração territorial podem ser citados: a generalização da pobreza e a falta de perspectiva de melhoria de vida, justificando-se a idéia de que a criação de novas unidades político-administrativas no estado do Amazonas seria a grande solução para minimizar os problemas existentes, impulsionar o desenvolvimento e oportunizar a geração de emprego e renda. Com base nesses discursos, haveria a afirmação das identidades sociais, universalizando os valores construídos e a incorporação de novos, de tal forma que a região amazônica seria imensamente beneficiada. Entretanto, há controvérsias em relação a este discurso, exigindo porquanto uma reflexão mais profunda, visto que não se trata somente de uma reconfiguração territorial, mas também de mudança de significados construídos coletivamente pelas populações que habitam a Amazônia, os quais advêm das representações simbólicas, como argumenta Moraes (2005, p. 98) “a consolidação de identidades regionais no país possibilitou que, no pensamento das elites brasileiras, conflitos sociais fossem equacionados como disputas territoriais, isto é, que embates de classes sociais fossem tomados como luta entre lugares. Repondo a visão geográfica da nação”. Ainda, outros elementos discursivos remetem a questão da distância que muitos dos municípios do interior da Amazônia apresentam em relação

¹ Mestre em Geografia pela UNIR, doutorando em Geografia pela UFPR. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de vida e Culturas Amazônica – GEPCULTURA e colaboradora do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações – NEER/UFPR Bolsista do PROCAD-Amazônia-CAPES. E-mail: adnilsonn@hotmail.com

² Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Doutoranda do Programa em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pesquisadora do GEPCULTURA e colaborador do NEER/UFPR.. Bolsista do Programa de Cooperação Acadêmica/PROCAD-Amazônia-CAPES. E-mail: lucileyde@feitosa.org

³ Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Especialista em Geografia e Planejamento Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Educação pela IPLAC-Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e da disciplina de Geografia no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio Amaral Raposo, em Imperatriz, MA. E-mail: lucinead@yahoo.com.br

⁴ Mestre em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Amazonas - UEA. wendelltelesdelima@hotmail.com

às capitais, caracterizando com isso o atraso econômico, político e social. Nesse caso, essa discussão faz sentido, ao mesmo tempo, que necessita ser entendida por outros prismas de análise, tais como o próprio modelo de modernização conservadora existente no Brasil, que se encontra em crise de paradigmas, provocando profundos anacronismos nas cidades e no meio rural. A reconfiguração territorial e a criação de novas unidades federativas é um importante eixo estruturador da história brasileira com ênfase nos processos de apropriação de espaços, na constituição material do país, e no momento do governo Lula, nessa construção de uma nova conjuntura histórica brasileira a análise dos discursos impulsiona tais processos através das "ideologias geográficas", presentes nos estudos das ações efetivas de Estado e transcendendo-se aos meios econômicos como forma de legitimação desses processos. O **objetivo** é propor uma reflexão a respeito da reconfiguração territorial Amazônica e suas implicações sobre as transformações culturais, sociais, políticas, ambientais e econômicas que constantemente provocam estranhamento e conflitos, processos de desterritorialização de vários agrupamentos humanos, os quais produzem uma nova dinâmica regional e uma nova organização, articulada com interesses que se estendem até mesmo em nível global. Como **métodos e técnicas**, esse artigo resulta das consultas bibliográficas tendo como fundamento a análise dos discursos políticos, econômicos, ambientais e sociais, além da experiência vivida, através da participação em grupos de estudos e pesquisas na Amazônia, pelos autores desse trabalho. As principais **contribuições geográficas** são no sentido de gerar o debate e a reflexão acerca da possível reconfiguração espacial Amazônica, produzindo conhecimento e alertando para as possíveis consequências sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais que poderão ser efetivadas devido a esta nova proposta de reconfiguração territorial na região, além de suas implicações para a população local.

PALAVRAS CHAVES: Amazônia. Desenvolvimento Regional. Territorialidade. Territorialização. Transformações Políticas.

RESUMEN: El Amazonia, desde los primordios de su ocupación por medio de las diversas variables de procesos que colocaban, ha fascinado y los colonizadores que exploran, marginales y aborígenes de desafío, investigadores, poblaciones afrontan su dimensión geográfico, diversidad cultural y a los obstáculos naturales. Del pasado, el desafío consistió en el dominio del territorio del Amazonia para la exploración de las drogas del “sertão” y de la búsqueda de la abundancia que si está encontrado en los bosques. Actualmente, esta búsqueda llega a ser más compleja, incluyendo el dominio y la exploración de la red del hidrográfica, de los recursos ofrecidos para la biodiversidad del bosque y la abundancia existente en el subsuelo. Del punto de vista geopolítico, la región del Amazonia viene pasando para las transformaciones profundas, entre las cuales si circunscriben la pelea referente a un nuevo él cambia o la nueva configuración en el contexto de su territorialidad; con este los regalos en los algunos discursos de políticos y de empresarios con resonancia fuerte al lado del sistema de la población regional satisfacen. Entre las temáticas de sustentación al discurso de esta reconfiguración territorial pueden ser citados: la generalización de la pobreza y de la carencia de la perspectiva de la mejora de la vida, justificándose idea de eso la creación de nuevas unidades político-administrativas en el estado del Amazonas sería la gran solución para reducir al mínimo los problemas existentes, para estimular el desarrollo y a oportuna la generación del trabajo y de la renta. En base de estos discursos, tendría la afirmación de las identidades sociales, del universalizando los valores construidos y de la incorporación de nuevo, de una manera tal que la región del Amazonia fuera beneficiada inmenso. Sin embargo, tiene controversias en lo referente a este discurso, exigiendo ya que una reflexión más profunda, puesto que una está no sólo sobre una reconfiguración territorial, pero también del cambio de los significados construidos colectivamente para las poblaciones que habitan el Amazonia, que suceden de las representaciones simbólicas, como discute Moraes (2005, p. 98) “la consolidación de identidades regionales en el país hizo posible que, en el pensamiento de las élites brasileñas, los conflictos sociales ellos eran conflictos tan

territoriales comparados, es decir, ese le huelga de salas de clase sociales tomaron como lucha entre los lugares. Restitución de la visión geográfica de la nación”. No obstante, otros elementos de los discursivos envían la cuestión en de la distancia que muchas de las ciudades del interior del Amazonia presente en lo referente a los capitales, caracterizando con esto el económico retrasan, del político social y. En esto en caso de que eso, esta pelea haga la dirección, al mismo tiempo, que necesita ser entendida por otros prismas del análisis, tales como el modelo apropiado del conservador existente de la modernización en el Brasil, que si hallazgos en la crisis de paradigmas, provocando anacronismos profundos en las ciudades y la manera agrícola. La reconfiguración territorial y la creación de nuevas unidades federativas son un eje importante del estructurador de la historia brasileña con énfasis en los procesos de la apropiación de espacios, en la constitución material del país, y en el momento del calamar del gobierno, en esta construcción de una nueva coyuntura histórica brasileña el análisis de los discursos estimula tales procesos con las “ideologías geográficas”, los regalos en los estudios de las acciones eficaces de estado y los excede los recursos económicos como forma del legitimación de estos procesos. El **objetivo** es considerar una reflexión con respecto a la reconfiguración territorial del Amazonia y sus implicaciones en las transformaciones, las políticas, el ambiente y el económico culturales, sociales que provocan constantemente el malestar y los conflictos, procesos del desterritorializaciones de algunas agrupaciones humanas, que producen una nueva dinámica y una nueva organización regionales, articulado con los intereses que si extienda aun cuando en nivel global. Como **métodos y técnicas**, ese artículo es resultado de las consultas bibliográficas que tienen como lecho el análisis de los políticos de los discursos, económico, ambiente y social, más allá de la experiencia vivida, con la participación en grupos de estudios y la investigación en el Amazonia, para los autores de este trabajo. Las **contribuciones geográficas** principales están en la dirección para generar el discusión y la reflexión referente a la reconfiguración Amazonia posible del espacio, produciendo conocimiento y alertándolo para las consecuencias posibles, la política, el económico y el ambiente sociales, culturales que podrían ser logradas tuvo que esta nueva oferta de la reconfiguración territorial en la región, más allá de sus implicaciones para la población local.

PALABRAS-CLAVES: Amazonia. Desarrollo Regional. Territorialidad. Territorialización. Transformaciones Políticas.

1-CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os novos (re)arranjos territoriais para a Amazônia tem constituído debates que permeiam sobretudo o meio político e econômico marcando as relações de poder, em contrapartida no interior da região essas questões não encontram presentificadas no cotidiano das populações, especialmente aquelas que estão localizadas fora do eixo das cidades economicamente mais dinâmicas, longo distante das esferas de decisões. Esse fato mostra claramente a continuidade de um processo em que parcelas da população são alijadas das discussões sobre a territorialidade, ou seja, são utilizadas como massa de manobra de grupos orgânica e politicamente hegemônicos.

Este trabalho pretende discutir tais questões a partir da necessidade de analisar os possíveis desdobramentos advindos das propostas de novas territorializações na Região Amazônica, através de um debate epistêmico e da experiência empírica dos autores e atores que vivenciam o cotidiano regional.

2. O TERRITÓRIO COMO DISCURSO DE PROPOSIÇÕES GEOPOLÍTICAS NA AMAZÔNIA

O discurso sobre a possível reconfiguração territorial no Estado do Amazonas pode ser sintetizado, principalmente, pela generalização da pobreza e a ausência de perspectiva de melhoria de vida, abalizando-se a idéia da criação de novas unidades político-administrativas. A reconfiguração é compreendida, ou melhor, propagandeada como a grande panacéia para debelar os graves problemas existentes, de modo a promover o desenvolvimento e contribuir na geração de trabalho e renda.

Os discursos construídos, teoricamente consideram que as identidades sociais se fortalecerão através da universalização dos valores construídos e enriquecidas com a inserção de novos valores, beneficiando toda a região. É preciso certa precaução com esse tipo de discurso, porque além de controverso, assume outras intencionalidades, as quais a maioria da população não tem acesso ou é negligenciado por razões estratégicas de quem detém o domínio e o controle das informações.

Essa consideração decorre justamente por não se referir somente a um novo rearranjo territorial, mas também por transformações de processos culturais com conseqüentes mudanças nas representações simbólicas construídas coletivamente pelas populações locais.

Outros elementos discursivos que buscam justificar a reconfiguração territorial são incorporados num intrincado contexto de análise, em que à questão da distância geográfica entre os vários municípios do interior da Amazônia em relação às capitais administrativas, tem o sentido de atraso econômico, político e social para os grupos organizados que enseja ampliar a rede de poder, sobretudo político.

Essa intrincada rede se manifesta e corporifica materialmente, dando significado, ao mesmo tempo em que necessita ser entendida por outras variáveis de análise, dentre elas o próprio modelo de modernização conservadora imperante no Brasil, que se encontra em crise de paradigmas, produzindo profundas contradições tanto no meio urbano quanto no rural.

O reordenamento ou rearranjo territorial com a criação de novas unidades federativas é um importante eixo estruturador da história brasileira com ênfase nos processos de apropriação de espaços e na constituição material do país. Nessa construção de (re)organização territorial, uma nova conjuntura histórica brasileira, a análise dos discursos estimula dinamicamente tais processos através da disseminação das "ideologias geográficas", presentes nos estudos das ações efetivas de Estado e perpassa pelos meios econômicos como forma de legitimação desses processos.

Tal situação corrobora com o papel desempenhado pela Geografia na construção ou ampliação de horizontes que lançam perspectivas sobre região, território e territorialidade, sobretudo naquelas consideradas com baixo índice de concentração populacional. No caso Amazônico, essa questão fica evidenciada, sendo que o conceito de Região parece ser o que oferece melhor consideração, pois esse mantém certa relação com os processos de território e territorialidade, exigindo, porém considerar as dificuldades impostas pela "agitação dos debates" contidas nas diversas perspectivas epistemológicas e sua interface com várias disciplinas que com ela se ocupa, conforme manifesta Gomes (2001, p. 54):

[...] Nas ciências em Geral, como na matemática, na biologia, na geologia etc. A noção de região possui um emprego também associado à localização de um de um certo domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna e da flora em diversas regiões (região australiana, região neártica, região paleártica etc). Neste caso, é possível perceber que o emprego da noção de região está bem próximo de

sua etimologia, ou seja, área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem.

Na geografia, o uso da noção de região é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo desse conceito nos impõe. Uma das Alternativas encontradas pelos geógrafos foi de adjetivar a noção de região para assim diferenciá-la de seu uso pelo senso comum. Ao tentar precisar, no entanto, surgiram outros debates que interrogam mesmo a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico. [...]

Através das diferentes metodologias apontadas pelo autor, pode assim, perceber diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas e históricas. A mais enfatizada das tradições conceituais é, sem dúvida, a geográfica, no sentido mais amplo, e que nos interessa.

Não está aqui presente a preocupação central em adentrar no debate conceitual, mas em definir o que seja região e seus desdobramentos quanto ao processo de (des)re-territorialização na Amazônia. Todavia, para a compreensão do nosso trabalho, situamos a região como portadora de fins de ação e controle, onde o Estado e os atores atuam ora em conjunto, ora isoladamente.

Por tais argumentações de concepção de criação dos Territórios Federais do Rio Negro, Solimões e Juruá (projeto em tramitação no Senado federal estudado pela Comissão Parlamentar de Divisão Territorial do Brasil) propostos ao Estado do Amazonas, surgem como elementos para compreender a dinâmica de (re)arranjo territorial e conseqüentemente de aplicação de poder e formação de novas redes e territorialidades. A proposta desses (re)arranjo corresponde aproximadamente 46% da área territorial do Estado do Amazonas, ou seja, 719 mil Km² distribuídos em 23 municípios, sendo que a sua extensão equivale aos territórios do Acre, Amapá, Roraima, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo somados, ou seja equivalendo ainda uma área territorial maior do que os Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão ou país como a França.

Eles trazem modificações estruturais importantes na região e no território brasileiro, como por exemplo:

1. O aumento da bancada de senadores amazônicos e de deputados no Congresso Nacional, o que em tese aumentaria o “peso” da representatividade da região nas questões nacionais, conseqüentemente gerando desenvolvimento econômico e social;
2. A ampliação do nível de investimentos do Governo Federal, em obras de infra-estrutura, no qual, alguns patronos da tese, como: políticos argumentam que com essa ação o desenvolvimento através de recursos direto do Governo Federal atingiria as regiões localizadas mais distantes da capital Manaus;
3. O incremento do nível de investimentos da iniciativa privada promovendo ações em regiões com maior liberdade fiscal-tributária para sua atuação, de modo a promover trabalho e renda;
4. Maior visibilidade e assistência aos habitantes destas regiões que se encontram desamparadas pelo poder público, vivendo da economia de subsistência e da informalidade, o que gera a expectativa de investimentos econômicos e sociais a partir da criação destes territórios, com isso a melhoria da qualidade de vida.

Tais preocupações de caráter geopolítico tem sido a tônica principalmente de militares, algumas personalidades do Estado, em que se inclui de estudiosos a parlamentares, todavia a análise que realizam situa-se no ponto de vista estritamente conjuntural. O segmento militar em

particular revela especial preocupação com o aspecto da densidade demográfica, argumentando que a criação desses territórios possibilitaria, a partir dos investimentos federais, certo incremento econômico, e o conseqüente adensamento populacional da área pela atração de levas migratórias. Por outro lado, não pode ser abandonado a idéia que quaisquer (re)arranjos territoriais com a criação de uma nova unidade federativa, conduz também na criação de cargos administrativos e aumento da burocracia estatal.

Encontra-se implícito nesse processo e passível de outros desdobramentos a posterior elevação desses territórios ao status de Estado e a ampliação da máquina administrativa com governadores, senadores, deputados federais e estaduais, vereadores, servidores, onerando ainda mais o contribuinte nacional, ao tempo que não existe garantia concreta que todo esse processo consiga produzir desenvolvimento e diminuição do nível de desigualdades.

É necessário evidenciar que a partir desses dados a divisão do Estado do Amazonas é concebida cristalinamente como uma luta de classes, em que setores da sociedade almeja assumir maior controle sobre uma determinada porção territorial provedora de matérias-primas, configurando o que Corrêa (1991, p. 47) contextualiza como:

[...] diferentes conceitualizações de região estão presentes na prática territorial das classes dominantes. Como os demais conceitos geográficos, o conceito de região não está desvinculado do social e espacial.

A ação do controle sobre uma determinada área a quer garantir, em última análise, a reprodução da sociedade de classes, com uma dominante, que se localiza fora ou no interior da área submetida à divisão regional ou, como o que se refere a literatura. A regionalização, está distinção parte da aceitação explícita ou implícita da diferenciação de áreas ao longo da história. A sua ratificação ou retificação se dá a cada momento, conforme os interesses e os conflitos dominantes de cada época. São eles que, por outro lado, levam as unidades territoriais de ação e controle, as regiões a serem organizadas de modos diferentes: de um lado, a partir de um governo de nível hierárquico inferior ao do núcleo de dominação; de outro, de um ou mais ou menos complexo sistema de planejamento especializado. Ambos cumprindo o papel da ação de controle. Neste exemplo, o Estado surgido dentro de modo de produção dominante, é um agente de regionalização [...].

Nesse contexto, as regiões de planejamento demonstram a idéia de ação e controle do Estado e do processo de regionalização sobre a Amazônia, sendo que a constituição dessa região passa pelo controle, no caso significando a perda de autonomia dos Estados que compõem esta região do país. O fato de perder área de jurisdição local para a esfera federal pode ser categorizada no mesmo argumento implícito na criação dos Territórios, em que o poder Central (Federal), passará a exercer o controle direto dessas porções territoriais, logo a perda de autonomia com sua criação é apontada por Becker (1998, p. 18) ao argumentar que durante os anos 1970:

[...] o Governo determinou que a faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública, segundo a justificativa de sua distribuição para camponeses em projeto de colonização. Só para o Estado do Pará, isto significou a perda de 83 000 000 ha (66,5% desse Estado) para as mãos federais. Através dessa estratégia, o Governo Federal passa a controlar a distribuição de terras, adquirindo grande poder de barganha [...].

Ao observamos a luta velada dos atores sintomáticos para o controle e construção de novas regionalizações, a visão das elites locais se referem à sua região, como um escopo importante em que estão contidos os próprios interesses. Dessa forma, a região é antes de ser uma figura de contornos geográficos é encarada como lócus da ação política e da prática efetiva de variadas formas de dominação.

No processo de constituição de uma identidade, o objetivo tácito compreende em universalizar os valores, com o apoio e a aprovação do grupo na tentativa de apropriar-se do

senso comum. No caso específico do território do Amazonas, o discurso recorrente tem como justificativa a generalização da pobreza, aliada a falta de perspectiva de melhorar de vida, o que poderia ser erradicada com a simples a criação desses territórios, pois esses seriam portadores e provedores de fonte geradora de empregos e desenvolvimento para as regiões.

Outros elementos considerados estratégicos são representações simbólicas de criação e consagração de um grupo unido, em oposição a distância da capital, e a própria geografia amazônica, permitindo que o discurso de alguns grupos pró divisão, enfatiza a necessidade histórico-geográfica que as áreas a serem desmembradas, constituem-se em elementos estritamente geográficos (naturais) justificando a criação ou construção de uma identidade peculiarmente regionalizada, e, portanto imprescindível a existência de um tratamento diferenciado. É importante constatar que as distâncias geográficas devem ser analisadas, como também a caracterização fisiográfica da região, no entanto, esses argumentos em si não únicos para a justificativa da secessão do território do Amazonas.

No contexto da simbologia, constata-se a criação de outros segmentos identitários como, nomes, siglas, signos de adesão, emblemas, hino, bandeira, através das manifestações públicas. O caso amazônico passa por diferentes estágios, sendo que o mais “avançado” é a proposta de criação do Estado do Maranhão do Sul, onde a manipulação simbólica, e construção da identidade regional e controle do território pelos atores sintomáticos, representa a idéia de uma unidade, mesmo essa sendo carregada de certa virtualidade.

No caso maranhense, a proposição é aventada principalmente pela organização de produtores de soja no sul do Maranhão que além da expansão do poder econômico, acreditam na possibilidade de ampliar seu poder político e conseqüentemente o atendimento dos seus interesses imediatos através da participação econômica, corroborando com o enunciado de Moraes (2005, p. 98) que considera:

A consolidação de identidades regionais no país possibilitou que, no pensamento das elites brasileiras, conflitos sociais fossem equacionados como disputas territoriais, isto é, que embates de classes sociais fossem tomados como luta entre lugares. Repondo a visão geográfica da nação.

Partindo desse escopo, a construção de uma identidade nos territórios federais é fundamental tornando evidente o mascaramento do processo histórico e dos graves problemas locais, que sofrem as populações pertencentes a essas áreas. Somente a conscientização destas populações, levará a uma interpretação além dos símbolos e discursos criados pelos atores que ensejam ampliar seus leques de poder.

É perceptível que parte considerável das populações locais possui uma relação de simplicidade e reciprocidade na construção e reconstrução de espaços de vida com as técnicas disponíveis para extrair recursos da natureza indispensáveis à sua própria sobrevivência, logo existe a construção do espaço pelo homem e a apropriação da natureza, tidas como complementares na forma de interpretar o espaço. Sob tais considerações, Lopes (2000, p. 28) argumenta que “os modelos de uso da natureza estavam ligados às leis universais da mesma e dependiam também das técnicas desenvolvidas de cada grupo”. Logo, essa organização na sociedade e o estabelecimento de relações entre os homens se tornam grupal, ou seja, sócio-cultural, como é o caso dos seringueiros.

Os novos recortes das espacialidades e das territorialidades devem ser compreendidos no contexto das novas lógicas territoriais o qual vivencia o mundo, este aqui entendido como uma construção humana diferentemente da econômica que ocorre no Planeta (SANTOS, 1996). Desse modo, a criação de novas unidades federativas na Amazônia deve ser analisada ou considerada sob essa lógica.

É preciso ressaltar que esses processos possuem como conotação uma referência ao modo de integração econômica. Exemplos como os antigos modelos integradores da Amazônia tiveram

seu apogeu na época dos grandes projetos com cunho desenvolvimentista para Amazônia causaram enormes impactos sociais, ambientais e humanos. Nesse momento, os novos projetos são executados a partir das novas necessidades econômicas espaciais igualmente gerenciados pelo Capital com função estratégica e lógica semelhantes ao ocorrido num passado recente.

Por tais processos, a lógica é tornar o Capital mais permeável possível, as rugosidades têm um papel fundamental de facilitador, elas acrescentam certas facilidades para as demandas da necessidade de capital volátil, carrega em si mesmo herança de sua forma de atuação, pois o capital se aproveita do que existe e tenta adaptá-lo às suas necessidades. Isso não ocorre de forma homogênea em razão de certa luta que constitui a essência da própria rugosidade dentro de um contexto espacial.

O espaço territorial é outro importante vetor nas análises do surgimento dessas práticas e através dele ocorre o crescimento e a multiplicação de novos arranjos territoriais ou novas realidades geográficas, sendo que na atualidade é evidente isso, como o surgimento de vários grupos até então tido como isolados ou mesmo com pouca expressão na luta política pela sua emancipação e reconhecimento. SANTOS (1996) infere sobre a existência do mito que se parte de uma aldeia global homogenizadora, quando na realidade é uma fábula, como resultado da criação pelo processo de globalização ou pelas ideologias globalitárias que apregoa uma homogenização sócio-cultural, econômica espacial, tendo como consequência uma única lógica, que culminaria em um espaço global despersonalizado.

3. AMAZÔNIA: UMA TENTATIVA DE ULTRAPASSAR O DISCURSO SOBRE A (DES)RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA REGIÃO

O que se observa é que nos espaços da globalização, conforme assegura SANTOS (1996), a valorização de alguns segmentos espaciais pelo Capital, ocorre de forma homogenizadora produzindo graves consequências ambientais, sociais e econômicas à região Amazônica seja através dos Grandes Projetos, seja pela concepção da fronteira agrícola impulsionada pelo Capital. Embora a estratégia capitalista seja de expropriação e seu caráter homogenizante, o Capital não ocorre com a mesma intensidade em todos os lugares da região, caracterizando o que Gonçalves (2004, p. 203-215) reflete como a existência de inúmeras Amazônia dentro do território brasileiro, levando-nos a buscar a interpretação dos antigos e novos arranjos espaciais dentro dos vários contextos geográficos.

As novas formas de entendimento do território na Amazônia devem ser entendidas histórica e geograficamente, especialmente a partir do Ciclo da Borracha, passando pelos períodos da mineração e dos grandes projetos de planejamento estatais dos anos 1960-1980 e na atualidade com o Programa de Aceleração Econômica - PAC com as inter-relações das políticas em nível internacional, demonstrando claramente a pluralidade geográfica amazônica. Torna-se necessário nesse contexto espaço-temporal a compreensão da realidade do habitante amazônico e as diferenças espaciais e temporais que mostram a diversidade de realidades construídas nesse território como uma das muitas etapas de construção do território brasileiro.

Essa dicotomia passa pelo gerenciamento territorial, produzindo uma dinâmica territorial indistintamente conflituosa, pois representa de acordo com Almeida Silva (2007, p. 88):

[...] o encontro dessas visões antagônicas, relativa no primeiro caso às redes de articulação externa, é direcionado a salvaguardar a produção e exportação; enquanto o endógeno se relaciona diretamente às grandes extensões de terra destinadas à subsistência das populações locais.

Nesse contexto, deve ser observado que o território possui um caráter identitário, assim os agrupamentos humanos constroem suas identidades a partir das relações dialéticas estabelecidas no território, estando ainda presentes os valores como nacionalidade, apego à sua

terra natal, entre outros, igualmente relevantes. Dentro dessa perspectiva, as representações se apresentam também como fatores relevantes na decodificação territorial, dando o caráter apontado por Kozel (2004, p. 229):

[...] passarão a ser tratadas tanto como produtos como processos, mediando espaço real e os grupos sociais, entre a percepção e prática. Os produtos construídos a partir desses procedimentos se constituirão nas bases para a compreensão e análise das transformações sociais e espaciais.

O processo como modelo que o sujeito é conhecido e reconhecido é fundamental no entendimento também dessa realidade e de práticas territoriais. A análise deve ser fundamentada na concepção de espaço no sentido relacional, sendo que essa característica da dimensão espacial é necessária para o entendimento e do nível de envolvimento dos atores sócio-territoriais na apropriação territorial é também diferenciada para análises de suas práticas territoriais. De modo que essas práticas conduzem a duas lógicas entendidas como inclusivas e excludentes que aproveitam o melhor território para a sua prática sócio-espacial através dos pontos e linhas de redes e superfícies ou áreas-zona, onde esses elementos fazem parte constituinte do território e terminam virando território por si só, conforme contextualizado por SANTOS (1996).

HAESBAERT (2006) afirma que nas sociedades tradicionais prevalecia uma construção de territórios baseado em áreas ou zonas, e nas sociedades modernas predomina a construção de territórios onde o elemento dominante são as redes ou a geometria dos pontos e linhas.

Sob tal concepção, o território passa a ser algo utilizado ou usado, de acordo com a definição de SANTOS (1996) que entende o território a partir do seu valor de uso pelas sociedades humanas, no entanto tal valor assume um sentido utilitarista que beneficiam somente alguns atores aqueles que se encontram orgânica e politicamente articulados.

O território, nesse sentido, é estruturado como uma nova organização, articulado globalmente, oportunizando a formação de novas territorialidades, mediante as novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulamentação do território como identidade.

O sentido de territorialidade, nesse caso é efetivado como o grande palco de lutas, contradições e lutas, admitindo sua construção, desconstrução e reconstrução, dentro de temporalidades específicas e a vivência em dado momento histórico, conforme argumenta Almeida Silva (*op.cit.*, p.13)

[...] A compreensão da territorialidade, do tempo e das ações humanas que se desencadeiam sobre os mesmos assumem conotações e posições diferenciadas de entendimento nos diversos momentos de toda a história humana. É necessário compreender que tanto a territorialidade quanto a temporalidade são hierarquias concebidas pela própria condição humana, e como tal seguem a lógica igualmente humana de apropriação e uso daquilo que fazemos e construímos.

[...] A territorialidade como é apresentada, se coloca como elemento de expressão e sustentação, implicando na formação social, política e econômica, provocando, por sua vez uma diferenciação e dissociação entre as pessoas e os lugares, o ser, o estar e o fazer, exprimindo e ditando a lógica do comportamento da sociedade.

A existência do território é resultado de uma ação de construção, na qual é produzida por seus atores, mediante necessidades e interesses, sendo que a territorialidade encontra-se atrelada a uma ação e ultrapassa o território físico, envolvendo, por conseguinte o sentimento e a afeição dentro da perspectiva tuaniana de “amor e relação com o lugar”, naquilo denominada como topofilia.

No contexto da atualidade, o território passa a ser assumido e concebido como territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação, possibilitando assim, a constante passagem de um território para outro, constituindo-se em múltiplas territorialidades, significando que, em um mesmo dia, em mesmo lugar, dependendo da hora ou de circunstâncias especiais,

um cidadão pode perceber diversos sinais de territorialização. Sendo, portanto, um desafio para análise e compreensão até mesmo em questões em que o território se qualifica como mais rígido, como é caso da proposta da divisão territorial do Amazonas, em razão de que o rearranjo territorial perpassa a própria lógica regional e sua relação com eventos de ordem planetária marcada pela globalização.

A formação de territórios descontínuos passa a ter então, classificações em escalas diferentes, que são apontadas por HAESBAERT (2006), como: a) territorializações mais fechadas, caracterizada pela uniterritorialidade, com normas rígidas ou totalitárias, onde pouco ou nada se admite de diversidade de poderes e identidade; b) territorializações tradicionais, marcada pela homogeneidade interna através de uma identidade nacional; c) territorializações mais flexíveis, que permitem a multifuncionalidade territorial com o caso das grandes metrópoles, onde se observar diversos territórios num mesmo espaço; d) territorializações efetivamente múltiplas, resultante da combinação particular de controles, concretizada pelos territórios individuais ou de grupos.

A multiplicidade de territórios se materializa por meio da concepção de uma sociedade de redes que permite interligar as várias formas da reprodução das relações sociais, sendo que o território faz se reproduzir pela interação e intencionalidade dos territórios-rede, entrecruzando com as diversas manifestações territoriais.

Essas condições são apontadas por SANTOS (1996), como a dualidade do local em relação ao global, em que a influencia do território no momento atual, assume importantes variáveis de análises, pois as redes expressam o movimento da verticalidade, constituindo apenas uma parte do espaço e não o espaço de todos. O território sob tais lógicas possui um sentido peculiar e por isso é acrescido de novas interpretações; logo é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, resultando na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações.

Nesse sentido, é possível pensar que o território enquanto “enquanto território usado” comporte uma dialética expressa por meio de um espaço local, que é vivido por todos, onde o limite é o ato de produzir e de viver, e o espaço global “habitado por um processo racionalizador e de um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e a normas estabelecidos para servi-los”, conforme Santos (1996, p.18).

O território em momento de globalização, ao mesmo tempo em que responde a interesses previamente estabelecidos por um novo organismo de controle representado pelas grandes empresas e grupos econômicos, causa em sua reprodução possibilidades de relação unitária quando aproxima lugares, que são “lócus de multidimensionalidades da vida, onde a convivência do diverso instiga cada um, posto que são abrigos que conformam as subjetividades de cada qual”, conforme conjectura Gonçalves (2004, p.210), visto que fortalece novas horizontalidades que se constituem com base territorial com o objetivo de encontrar novos caminhos ao processo da globalização excludente.

A entrada da Venezuela como membro permanente no Mercado Comum do Sul é um fato importante e instigante no caso da construção de novos recortes e (re)arranjos territoriais na Amazônia, sendo que sua efetivação ocorre pela concretização da construção da BR-174 que liga Manaus a Boa Vista. Essa rodovia, num primeiro momento tinha como objetivo ligar a parte mais setentrional amazônica com o restante do país, integrando ainda parte do território nas proximidades de Manaus, sendo que com o tempo e o desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus, antiga Zona Franca, tornou-se uma via de escoamento ao Mar do Caribe, incrementando o turismo até aquela região marítima.

Devido sua importância, a rodovia foi atendida pelo PAC do Governo Federal como obra prioritária de desenvolvimento econômico na região. A escolha não foi inocente, mas se reveste de grande estratégia geopolítica em razão de atender a certas demandas econômicas do grande

capital instalado na área de livre comércio de Manaus, sendo inclusive uma porta de entrada para a capital da Venezuela. Com essas características, trata-se de uma nova área de regionalização que tende a se concentrar nesse eixo com outras iniciativas, tais como: a construção e a ligação da Hidrelétrica de Guri para abastecer Boa Vista e outras cidades do Estado de Roraima.

O PAC apresentado pelo governo brasileiro é um plano estratégico de desenvolvimento empreendido para determinar as diretrizes políticas a serem implantadas nas regiões brasileiras, inclusive com forte relação com políticas que afirmam a influência brasileira no contexto regional sul-americana. A discussão sobre mudanças a serem empreendidas em cada região tem despertado análises dos cenários futuros em relação aos investimentos previstos para o desenvolvimento regional e a possibilidade concreta de inter-relação e integração com os países vizinhos, sobretudo considerando as peculiaridades amazônicas.

A estratégia do PAC está centrada em ações que buscam consolidar uma maior integração nacional para garantir as condições do país junto ao mercado internacional, através do investimento em infra-estrutura visando favorecer o comércio com os mercados consumidores internos e externos. Nesse sentido, o PAC encontra-se perfeitamente alinhado com as diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, cuja agenda de reformas tem a finalidade de adaptar os eixos viários para facilitar o processo de integração comercial, com os países da América do Sul.

A implementação das ações da IIRSA começou a partir do ano de 2004, após a Cúpula de presidentes realizada em Cuzco, com a definição de uma Agenda de Implementação Consensual (AIC) para o período de 2005-2010. Da carteira inicial de 335 projetos, foram selecionados 31 com alta prioridade para favorecer os fluxos comerciais inter-regionais, segundo WANDERLEY *et al* (2007)

O PAC tem metas para o desenvolvimento de infra-estrutura energética e de integração cujas ações estão em consonância com os interesses de parceria comercial, implicando posturas e ações de diversificação de fontes de financiamento, como bancos de fomento, instituições financeiras multilaterais e iniciativa privada realizadas pelos países da América do Sul que fazem parte do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

O Plano de Ação da IIRSA contém propostas e sugestões para a ampliação e modernização da infra-estrutura regional em um horizonte de 10 anos, sendo pactuado entre as nações da região, por iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e da Corporación Andina de Fomento – CAF, propostas e sugestões para a ampliação e modernização de sua infra-estrutura regional.

O Plano de Ação da IIRSA recomenda a institucionalização de um mecanismo de coordenação multilateral para o setor de infra-estrutura e identifica como áreas prioritárias de trabalho: a) a coordenação dos planos nacionais de investimentos; b) a compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais e a identificação de formas inovadoras de financiamento público e privado.

Em seu conjunto, esse Plano inclui dois componentes principais: um quadro programático e os mecanismos para a implantação e acompanhamento, sendo orientado como princípios básicos de referência para a formulação e implementação da iniciativa. Entende-se que a construção e a integração desse processo têm o intuito de produzir em médio prazo relações de comércio inter-regional que possui um valor geoestratégico, sendo que o significado dos objetivos está obrigatoriamente vinculado às circunstâncias históricas refletidas na constituição da territorialidade em decorrência da sua cultura, que confere concretude do espaço geográfico. Neste sentido, a política externa é a arte da tradução do interesse nacional nas linguagens da estratégia e da tática, conforme afirma MAGNOLI (2006).

Nesse aspecto, o PAC integra essa estratégia de ação com a finalidade de empreender os projetos de infra-estrutura, realizados tradicionalmente com recursos governamentais nacionais,

mas no caso busca a parceira público-privada, além de financiamentos de agências internas e externas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco Mundial - BIRD, por meio da International Financial Corporation – IFC, além do setor privado. É evidente que os resultados das ações podem e devem ser questionados devido os impactos sociais, econômicos, humanos e ambientais, principalmente na Amazônia, além do aumento da dívida pública, redundando no aumento de impostos, com isso exigindo maiores sacrifícios da população.

Os projetos passam separadamente pelos procedimentos internos habituais de aprovação de cada financiador. Dentre as críticas existentes quanto ao PAC têm-se as questões relativas à não existência de recursos previstos para estudos sócio-ambientais mais amplos e aprofundados ou para medidas mitigadoras em relação a impactos ambientais provenientes de situações como ocupação desordenada e as complexidades relativas à sustentabilidade socioambiental.

Dentre os Eixos de Integração e Desenvolvimento mais promissores, o PAC atinge diretamente o eixo Manaus/Caribe, a produção desses eixos tem interesse estratégico que caracteriza a inserção desse eixo com o desenvolvimento do comércio inter-regional com a América do Sul.

Neste sentido, os debates nacionais se impõem especialmente quanto ao destino da Amazônia que se insere diretamente nos eixos econômicos e estratégicos da economia inter-regional. Especialmente no que concerne às estratégias do PAC para o aumento da capacidade energética a partir da construção de hidrelétricas que afeta diretamente o equilíbrio ambiental.

Entende-se que a política de desenvolvimento para a Amazônia mantém os mesmos interesses estratégicos e as diretrizes de consolidação de metas mantendo uma continuidade das políticas anteriores implantadas com metas de desenvolvimentismo que fracassaram nas políticas do período militar, como as metas de desenvolvimento que envolve os grandes projetos somente em prol do grande capital e a Amazônia celeiro de produção energética e recursos naturais.

A fronteira da Floresta Amazônica que compreende o Estado do Amazonas potencializa por meio da incorporação de infra-estrutura uma integração com os países da América do Sul em algumas áreas de conflito sócio-ambiental causado pela confluência de vários projetos em regiões relativamente intactas e socialmente sensíveis, conforme afirma WANDERLEY *et al.* (2007).

Na atualidade novas perspectivas são criadas nesse rol de interesses dimensionados pela redefinição territorial do Amazonas, com a proposição da criação dos territórios federais do Alto Rio Negro, Juruá e Solimões, sendo que a visão da reconfiguração territorial possui um forte conteúdo presente na idéia de desenvolvimento regional e conseqüentemente uma nova dimensão dos arranjos políticos. Nessa leitura LIMA (2008) pondera que ao se analisar a história da ocupação amazônica, constata-se que sempre se fez presente de forma muito incisiva o componente geopolítico e a preocupação com a organização territorial tendo como base a autoridade do Estado.

A idéia de divisão do Estado do Amazonas é algo que se mostra recorrente de concepções do período de colonização e organização territorial, tendo como exemplo o próprio surgimento da cidade de Manaus, insere-se neste processo de integração da região ao país. Desta forma, muitos foram os arranjos de organização territorial.

Portanto, durante o processo de organização do povoamento, o território amazônico pode ser visto com uma noção de espaço, embora esta idéia de território não se confunda com a de espaço, mas trata-se de um espaço que se organiza lentamente à custa de mecanismos diversos, a exemplo das medidas administrativas do período pombalino que instituiu uma organização com aparelhamento judiciário.

Nesse período, a noção de território engloba, pois, a noção de espaço na medida em que o território se constitui em um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, na qual se combinam e relacionam os elementos físicos e humanos. Para NORONHA (2003), esses fatores constituem-se num processo que conduz os atores sociais a organizar, administrar e apropriar-se do espaço.

No caso do Amazonas, o processo de ordenamento territorial tem como escopo a promoção dos interesses da classe política local, que luta pela transformação de suas regiões em novas unidades federativas, a partir do desmembramento e/ou fragmentação de estados já existentes.

Nesse período, a noção de território engloba, pois, a noção de espaço na medida em que o território se constitui em um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, na qual se combinam e relacionam os elementos físicos e humanos. Esse processo conduz os atores sociais a organizar, administrar e apropriar-se do espaço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS NÃO CONCLUSIVAS

A proposta desse trabalho em sua base de concepção teve como preocupação a organização espacial que carrega em sua origem os enraizamentos nas ideologias subjacentes ao poder emanadas no processo de criação de novos territórios e estados, sob vários aspectos: segurança nacional, desenvolvimento local e regional, melhoria das estruturas e perfis demográficos no favorecimento de condições para fatores migratórios.

A criação de novos territórios e estados tem como produto final a configuração de novos espaços geográficos, produto da ação política e das classes economicamente mais favorecidas, confirmando dessa forma territórios e redes de poder. Desse modo, os resultados dessa ação evidenciam que as justificativas apresentadas por esses atores sociais detentores do poder são consideradas oportunistas, ideológicas e carregadas de interesses politíqueiros. Por outro, há de se considerar que se trata de um processo de longo prazo, exigindo políticas de desenvolvimento para a região com base em conhecimentos de sua heterogeneidade cultural, histórica, produtiva e geográfica que estimulem a elaboração de novos planejamentos e ações políticas que justifiquem plenamente a necessidade de dividir o Estado do Amazonas.

A avaliação que se faz da complexidade das políticas de desenvolvimento deve ser dimensionada em todas as distintas características locais, sendo que na questão ambiental é onde se encontra os maiores paradoxos do modelo de política que se deseja implantar sobre o Amazonas, possui de grande parte da Floresta Amazônica sob a qual se projeta interesses de diversas ordens, como: ecológicos, econômicos, políticos, culturais e tecnológicos. Não pode deixar de ser considerado o principal elemento, o homem, como parte desse universo que representa no contexto territorial amazônico e muito menos desprezar sua história e modo de vida.

É neste contexto de território como fração dinâmica do capital/reprodução que a discussão entorno da (re)divisão do Amazonas na atualidade, como ordenamento territorial com base no desenvolvimento local e regional deveria ser analisado. Por essa análise é possível verificar que o movimento e o transcurso histórico das políticas de desenvolvimento tem suas rugosidades cristalizadas no presente, ficando sob a égide dos discursos nacionais que incorporam as mais ideologias que pari passo se forma a partir de elementos institucionais em bases políticas e projetos legislativos com a finalidade de justificar a reconfiguração territorial como fatores explicativos para o desenvolvimento regional.

Os discursos constituídos como justificativa da necessidade de rearranjo ou reconfiguração territorial estão alicerçados em teorias tradicionais do desenvolvimento – aqui pode ser dizer modernizante e conservador – de tal modo que a visão de território é aquela em

que o sujeito da ação coletiva deve-se focalizar na economia como tábua de salvação para a redução das desigualdades regionais e locais. É nesse momento que o Estado, através de seus organismos e instituições, torna o território como ente e apresenta-se como o principal agente promotor deste desenvolvimento.

Uma análise como os códigos de significação são utilizados por parte dos atores sociais detentores reforça a desmistificação da forma como o modo de produção foi estabelecido na Amazônia, ou seja, através de um modelo de desenvolvimento externo com base na centralização dos meios de produção (terras/capital) nas mãos da classe dominante e na espoliação dos recursos existentes e à subjugação de parcela da população regional.

O modo de produção capitalista representa ao mesmo um sistema social, cuja permanência depende da produção de significados por meio da linguagem que se manifesta no discurso da terra liberta, produzindo um sofisma quando ideologicamente afirma que a região é um vazio demográfico. Essa atitude tem o sentido de negar a existência de populações indígenas e caboclas, e ao mesmo tempo estabelece estrategicamente conflitos sociais, abrindo espaço para a penetração territorial através de investimentos, sendo que posteriormente o Estado legitima as ações inseridas pelo Capital.

O papel dessas novas reconfigurações territoriais, como é o caso das fronteiras amazônicas ganham essa importante conotação político-econômica apontando uma nova fase que assegura o seu papel no exercício da produção do capital, na circulação de homens e mercadorias que funciona como instrumentos de política econômica, com ações que afetam o território no contexto geopolítico e geoestratégico.

A divisão territorial enquanto prática do poder favorece as disputas políticas quanto à criação de novos estados e territórios federais, pois respondem aos apelos das necessidades da fronteira. E como estratégia, as antigas disputas políticas novamente se acirraram diante dos caminhos políticos traçados pelo governo voltados ao desenvolvimento regional e a integração econômica com os países vizinhos. Novas concepções são configuradas como uma inquietação na fronteira surgindo novos grupos políticos e sociais que almejam novos limites internos, exigindo participação do desenvolvimento nacional, com isso aumentando a relação entre território e poder.

A fronteira atual, como legitimação deve ser interpretada como uma expansão territorial de povoamento, colonização e interação, sendo que o sentido que lhe é apropriado em sua associação refere-se a zona ou região, visto que expressa a territorialidade dos grupos humanos que interagem no espaço, muitas vezes em situação de conflito. Desse modo, é visualizada a partir de novas tendências em sua organização espacial.

A organização territorial ocorre pelo entendimento da economia política do território, ou seja, com o advento da globalização o espaço ganha cada vez mais o valor de uso, sendo incorporado nas práticas da competitividade do capital que mercadifica o território segundo seus interesses.

Cada período da história é propenso a produzir sua ordem e lógica espacial associada a uma ordem econômica e uma ordem social, em que nem sempre o entendimento da realidade com forças de interesses distintos são perceptíveis à maioria da população. Nesse sentido, o discurso de proteção da Amazônia ganha “novos contornos” como a preocupação com o meio ambiente, a biopirataria, etnoconhecimento e o próprio desenvolvimento sustentável são evocados como panacéia para a Amazônia, tendo como contraponto o discurso desenvolvimentista é ancorado na proteção das fronteiras e na ocupação do território. É preciso acuidade com ambos os discursos, já que ambos suscitam interesses difusos.

As políticas públicas criadas e a emergência da formação de bases políticas locais direcionam o processo de divisão e reconfiguração territorial, mesmo que futuramente, a fronteira e sua importância estratégica sofram novas feições interna ou externa em relação aos

países vizinhos, atendendo desse modo os interesses políticos e econômicos, expressando a legitimação do poder, enquanto esfera de decisões locais e regionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA SILVA, A. **Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia: Estudo da Nação Jupaú**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2007.
- BECKER, B.K. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998
- BRASÍLIA. Ministério das relações e defesa. **INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL**. http://www.planalto.gov.br/publi_04/integracaoamericadosul.pdf. acesso em 23 de set, 2008.
- BRASILIA. **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC – 2007-2010**. www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC.pdf. Acesso em 23 de Set, 2008.
- CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- GONÇALVES, C.W.P. **Processos planetários e fronteiras móveis: reflexões a partir da obra de Milton Santos**. In BRANDÃO, M.A (org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 203-215.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- KOZEL, S. **As representações no geográfico**. In: MENDONÇA, F. & KOZEL, S. (orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.
- LIMA, W.T. **Ideologias geográficas: As concepções sobre a Divisão Territorial do Estado do Amazonas; um Velho e Novo Debate**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: PPGG/UNIR, 2008.
- LOPES, L.F. **Educação Ambiental: uma contribuição à formação de uma cultura de conservação do meio ambiente nos alunos de Geografia da UEMA**. Dissertação de Mestrado. Imperatriz: UEMA, 2000.
- MAGNOLI, D. **O corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna, 1997.
- MORAES, A.C.R. **Território e história no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- NORONHA, M.C. **Geoespaço: O espaço geográfico do Amazonas**. Manaus: Cecil Concorde, 2003.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difusão Editorial, 1980.
- WANDERLEY, I.F. *et al.* **Implicações da iniciativa de integração da infra-estrutura regional Sul-americana e projetos correlacionados na Política de Conservação no Brasil**. Diretoria da Política Ambiental da Conservação Internacional - Brasília - DF. Disponível no site http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_3_maior_2007.pdf. Acesso em 04 de Nov, 2008.